

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CODEMA - PATROCÍNIO - MG

Auto de infração nº. 000060

JOÃO BATISTA MARQUES, brasileiro, casado, comerciante e produtor rural, inscrito no CPF sob nº. 144.615.956-68, portador da Identidade MG-2.596.678, expedida pela SSPMG, residente e domiciliado na Rua Jacob Marra, 742, centro, Patrocínio/MG – CEP: 38740-030, endereço eletrônico (cometa01@bol.com.br), por intermédio de seus advogados e bastante procuradores ao final assinados, com endereço eletrônico e postal constante do rodapé desta, vem, com fulcro no artigo 71 e seguintes da Lei Federal nº 9.605/98 e artigo 43 e seguintes do Decreto 3372/2017, apresentar **RECURSO** ao auto de infração em epígrafe, lavrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, expondo as razões fáticas e legais, para, ao fim, dar provimento ao recurso declarando nulo o autor de infração e cancelando a multa.

RESUMO:

O recorrente foi autuado em 28.03.2018, com aplicação de multa de R\$950,27, **ao argumento que ele teria realizado queimada** em lote urbano localizado no município de Patrocínio, referente ao **Lote 83 da Quadra 38, Setor 17**, com fundamento no artigo 1º da Lei Municipal nº. 4905/2017, a qual regulamenta da seguinte forma:

Artigo 1º. Fica **proibida a realização de queimada** em lotes urbanos localizados no Município de Patrocínio.

Artigo 2º. **Os infratores incorrerão em multa** no valor de 2,5 UFM aplicada pela Prefeitura Municipal, dobrando este valor no caso de reincidência, independente de outras previstas na legislação estadual e/ou federal. – grifei.

Avenida Rui Barbosa, 173, sala 402, Centro – Patrocínio/MG – CEP: 38740-036

Telefone: (34) 3831-4480 / (34) 99179-5090 / (34) 99197-4400

Website: www.bmcadvocacia.com.br



Primeiro: Trata de um conjunto de lotes numa área desabitada, portanto, um ato só.

Segundo: Trata de incêndio criminoso e não realização de queimada pelo recorrente.

Terceiro: Mesmo que se admitisse o cabimento da aplicação da multa, ainda assim, deveria ser somente uma multa, já se trata de um loteamento com os lotes todos anexos uns aos outros.

Quarto: A segurança é garantia constitucional e papel do estado, nesse sentido, o recorrente não "pode pagar o pato" pela omissão do estado.

Quinto: A polícia não tomou nem uma providência investigativa.

Sexto: O REDS-2018-015917523-001 foi lavrado nos termos do artigo 299, do Código Penal e possui presunção de veracidade. Consta expressamente que referida queimada não foi realizada pelo requerente, mais sim por indivíduos inescrupulosos e de forma criminoso.

Sétimo: O recorrente já firmou TAC com a Promotoria do Meio Ambiente. Está providenciando os passeios, muro/alambrado e brita, pedra ou piçarra e ainda pagará apenas três salários mínimos pelos 17 lotes incendiados.

Portanto, a nulidade deste Auto de Infração é medida que se impõe, tendo em vista que o **texto legal manda autuar aquele que realizou a queimada** no lote urbano. O REDS é prova material robusta e com presunção de veracidade, comprovando categoricamente que o requerente não realizou queimada, esta ocorreu por ato criminoso de vândalos.

Avenida Rui Barbosa, 173, sala 402, Centro – Patrocínio/MG – CEP: 38740-036

Telefone: (34) 3831-4480 / (34) 99179-5090 / (34) 99197-4400

Website: www.bmcadvocacia.com.br



Em termos de gradação da pena, o artigo 2º, I, do Decreto Federal nº 3.179/99, prevê a possibilidade da aplicação de advertência, que serve como luva ao presente caso. **Primeiro**, por ser de pequena representatividade o suposto dano causado num local desabitado. **Segundo**, porque a queimada não foi realizada pelo requerente e sim através de ação criminosa, sendo o requerente vítima também.

Nem há que imaginar chamar o requerente de reincidente, pois os diversos autos de infração são em relação ao mesmo incêndio criminoso que atingiu vários lotes urbanos num mesmo setor desabitado.

DOS REQUERIMENTOS:

Pelo exposto, requer-se respeitosamente seja dado provimento ao presente recurso, declarando nulo o auto de infração combatido.

Caso contrário, o que não se espera e não se admite, seja aplicada somente a pena de advertência prevista no artigo 2º, I, do Decreto Federal nº 3.179/99, ou alternativamente, a aplicação de uma única multa porque o incêndio criminoso ocorreu num mesmo local, a exemplo do que ocorreu na aplicação da multa pela Promotoria do Meio Ambiente.

N. Termos.

P. Deferimento.

Patrocínio/MG, 06 de julho de 2018.


Benedito Moreira da Cunha

OAB/MG – 81.396